

## Fases do APJ

1984 – 1987  
1987 – 2000  
2001 – 2005  
2006 – 2010

Nestes 26 anos de vida podemos definir a caminhada da entidade APJ em 4 fases bem distintas.

A primeira fase, conduzida basicamente por Pe. Giovanni tendo como braço direito a Janice, durou de 1984 a 1987, ano da legalização da entidade como associação sem fins lucrativos. Até esta data, a entidade funcionou sob a tutela jurídica do Instituto Paroquial da Assistência Social – IPAS, ente da paróquia da catedral, que na época tinha como presidente o nosso saudoso e companheiro José Rodrigues, funcionário do Banco do Brasil e grande militante cristão. Neste período além da figura de José Rodrigues que deu suporte jurídico e outros. Dona Nilza, então diretora da Escola Nossa Senhora dos Pobres, foi outra grande parceira de Pe. Giovanni, principal figura da entidade e que conduzia diretamente todo o processo com a ajuda de Dona Nilza e Janice.

Esta fase, além da mobilização e envolvimento da juventude, foi marcada pela construção de parcerias, elaboração de projetos de captação de recursos para melhoria do ambiente que era muito precário e condução dos projetos iniciais os quais foram fazer, funcionar ou ativar a marcenaria da Escola Nossa Senhora dos Pobres que estava fechada e a lapidação. Além dos recursos financeiros da Itália, que sempre foram muito forte desde início da entidade, os cursos profissionalizantes da antiga SETAS foram fundamentais. Pe. Giovanni fez os projetos que foram imediatamente aprovados e os dois primeiros cursos foram de marcenaria e lapidação, profissões na época muito bem conceituadas e desejadas por parte dos jovens, sobretudo a lapidação.

Do ponto de vista metodológico e dos objetivos, como o próprio nome indica “Aprender Produzir Juntos”, tanto a definição do nome e nele o objetivo e conteúdos programáticos se condensam, isto é, na primeira reunião de organização do projeto, a juventude, convidada por Dona Nilza, Pe. Giovanni escolheu o nome e, portanto, definindo o que e como seríamos. Uma escola oficina onde todos seriam alunos e mestres uns dos outros, **porque foi neste mesmo dia que um dos jovens levantou a mão e disse: “já entendi uma escola feita por nós”!**

O protagonismo juvenil marcou já o processo inicial e a concepção política e metodológica da entidade desde o seu nascimento. Após a definição do que seríamos de quais os cursos e como funcionaríamos, a juventude pôs a mão na massa para ajudar na organização do ambiente e assim foi e é até os seus 26 anos. Portanto a primeira fase, tendo Pe. Giovanni na condução de todo o processo e o qual se deu a partir da convocação e mobilização do ambiente, da busca de parcerias, elaboração de projetos de captação de recursos, na definição dos objetivos, da organização dos ambientes físicos e realização de 2 cursos profissionalizantes de marcenaria e lapidação.

1987 – 2000

Este período, com a entidade já legalizada, foi marcada por uma grande euforia da juventude que povoava com seus sonhos, os vários ambientes que gradativamente foram melhorados e ampliados. No ano de 2007, Pe. Giovanni, elaborou de forma sintética o **Documento intitulado MENSAGEM AOS AMIGOS DO APJ**, no qual está de forma condensada, o resumo dos princípios e valores que

nortearam e norteiam até hoje o nosso fazer metodológico e prático. Neste período foram construídos os prédios da mecânica, da marcenaria, da confecção e reforma de um dos prédios da antiga Escola Nossa Senhora dos Pobres, da tornearia; compras de maquinários, realização de vários cursos profissionalizantes como quintandaria, confecção, mecânica, joalheria, serigrafia, lapidação e marcenaria. Neste período o número de pessoas presentes nos cursos do APJ chegou ao total de 150 pessoas organizados em 17 grupos produtivos, já misturando aprendizagem e produção. Segundo os propósitos desde o nascedouro da entidade, os jovens, que após aprenderem a profissão que quisessem, poderiam continuar aperfeiçoando e começando a incubar a futura cooperativa objetivo final do propósito dos cursos profissionalizantes. Desde o início ficou claro, para o grupo que iniciou a entidade que não bastaria aprender a profissão, era necessário, criar formas organizativas de produção coletivas a fim de que se formassem cooperativas e que os jovens pudessem ter o seu próprio trabalho, já que a falta de emprego sempre foi um dos principais problemas da nossa cidade. Neste período foram formados os grupos produtivos de marcenaria, lapidação, confecção, serigrafia, malharia, artesanato mineral, joalheria, padaria, mecânica, lanternagem, pintura, capotaria e tornearia. Mesmo com a formação destes grupos incubados com vista na formação da cooperativa futura, o processo de aprendizagem não parou. Todos estes grupos sempre receberam novos jovens para aprenderem a profissão a qual se dava em meio a produção. A proposta metodológica do processo de aprendizagem de entidade, sempre se deu na visão freiriana do aprender fazendo.

Após 6 meses de aprendizagem o jovem passa-se para uma segunda fase chamada aprendizagem produção e já começa a participar dos resultados da produção que é comercializada e distribuída entre quem produziu de acordo a participação de cada um levado em conta tempo, produtividade, qualidade, participação coletiva e assiduidade. As decisões são colegiadas e são tomadas nas reuniões semanais de cada grupo. Um vez ao mês eram e são feitos até hoje, os EMFs – Encontro Mensal de Formação com temas ligados a relações humanas, princípios, valores e assuntos ligados à formação cidadã.

A entidade na primeira fase de pura aprendizagem sempre assumiu todas as despesas; na 2ª fase as despesas são distribuídas entre a entidade e cada grupo e a 3ª fase, mais produtiva, todas as despesas são assumidas pelo grupo. As despesas específicas de cada setor são 100% assumidas pelo setor. Sempre houve despesas coletivas chamadas “gerais repartidas”. Em toda esta caminhada, o maquinário e os prédios foram sempre cedidos gratuitamente. Além das reuniões setoriais, havia reuniões mensais com representantes dos setores para tomadas de decisões coletivas. Também eram feitos passeios, festas para desenvolver o entrosamento e melhorar as relações humanas.

Além da coordenação de cada setor, a coordenação geral de todos os setores sempre era feita por uma equipe formada por Pe. Giovanni, Janice, Joana, Rosaria, Marcilene e Ana Maria, chamada coordenação geral. Esta equipe acompanhava diretamente cada setor e era responsável das grandes decisões da entidade, envolvendo sempre todos os coordenadores e a base. Além dos setores do eixo produtivo/desenvolvimento econômico, no final de 1986, a APJ foi convidada a assumir um projeto do estado chamado “oficina pedagógica” para adolescentes, a qual começou com as oficinas de marcenaria e confecção. APJ cedeu o espaço e o Estado assumiu as despesas com alimentação, pessoal e material de consumo. Este projeto foi uma parceria com a Secretaria de Educação e

funcionou como um dos grandes projetos do APJ e foi finalizado em 2008 por perseguição política e também devidos ao baixo número de adolescentes freqüentes e fortes conflitos vivenciados pelos educadores da casa naqueles momentos que impediram os mesmos de juntos com a coordenação lutarem para não perdermos o mesmo. Inclusive eram os próprios educadores que fizeram denúncias sobre o próprio projeto na superintendência local. Neste período foram aprovados projetos com CEI- Conferencia Episcopal Italiana, MAIS, APS, Misereor, Inter America Foundation, ACRA, Central do Dízimo, VITAE, entre outros. Além dos projetos que foram fundamentais, sobretudo, para a aquisição de equipamentos e construção dos imóveis, a solidariedade dos amigos de Pe. Giovanni da Itália foi marcante e fundamental para que APJ se tornasse o que se tornou. Além dos colaboradores, aprendizes e coordenação, a presença de voluntários italianos foi bem marcante, pois viam na entidade um espaço para dar um pouco mais de si e receber muito das crianças, jovens e do Brasil e ao voltar para a Itália sempre se tornaram parceiros e difusores da entidade lá Itália que conta com uma grande rede de parceiros e amigos. A Casa do Adolescente chegou a atender 900 adolescentes e teve 50 colaboradores sendo que desses, 36 eram financiados pelo Estado e 14 pela entidade. Portanto desde a sua fundação a atuação da entidade se deu através da capacitação profissional com vista na formação de cooperativas, no chamado eixo de desenvolvimento econômico e na gestão da Casa do Adolescente em parcerias com o governo do Estado, chamado eixo de educação e de assistência. Podemos portanto dizer que de 1996 – 2000 foram geridos na entidade 03 projetos:

- 1- Educação Profissional
- 2- Implantação de Cooperativas
- 3- Oficina Pedagógica.

#### **2000 – 2005**

Nesta fase o projeto Casa do Adolescente estava bastante estruturado e era uma referência para toda a região. Nestes 16 anos os Setores Produtivos que até então funcionavam como cooperativa de fato e não de direito, sob o guarda chuva legal da entidade, começam a debater a sua estruturação legal.

No ano 2000 a entidade realizou todo um processo de reflexão, formação e estruturação da cooperativa construindo coletivamente o Regimento Interno e o Estatuto da Cooperativa que se legalizou em setembro de 2001. Foi legalizada uma cooperativa de cooperativa composta dos setores de marcenaria, confecção, padaria, joalheria, artesanato mineral, mecânica, tornearia, mecânica pesada, capotaria e lapidação composta de 89 cooperados. Os prédios e maquinários foram cedidos em comodato gratuito a cada um dos setores que compõe a Cooperativa. A entidade coube continuar assessorando, isto é, deixando aos jovens todo o processo de decisões e condução da cooperativa além de continuar na gestão do projeto Casa do Adolescente. Com a legalização da cooperativa, a entidade, criou o serviço projeto o qual tem como função, elaborar projetos para a entidade e para as entidades do 3º setor sobretudo, às cooperativas. Entendemos que a nossa estrutura, além da elaboração dos projetos, teve como objetivo fazer a ligação das várias Cooperativas e Associações de produção existentes na região do Vale do Mucuri. Por meio desta articulação, criou-se o Fórum Regional de Economia Solidária, bem como marcamos presença efetiva da entidade na criação do Fórum Regional de Economia Solidária bem como estruturamos a presença efetiva do Mucuri no Fórum Estadual de Economia Solidária. Foram feitas reuniões mensais nas quais se debatiam a organização, apoio aos grupos, formação e atuação em rede tendo em vista

o fortalecimento da Economia Solidária como vista no desenvolvimento sustentável do Mucuri.

Também nesta fase fizemos debates, seminários, reuniões e encontros de formação para articulação e para criação de uma Rede do Terceiro setor da cidade que seria uma grande rede formada por pequenas redes as quais seria: rede de ECOSOL, das creches, das ONGS, das pastorais sociais, dos sindicatos para trabalhar de forma articulada e em rede e melhorar assim a nossa atuação. Foram mais menos 03 anos de muita construção coletiva e desejo de formação deste rede que infelizmente esta iniciativa esfriou-se.

Puxamos também com todas as entidades e escolas da zona sul da cidade a formação da Rede Paulo Freire com o objetivo de conhecer melhor as necessidades desta região, focar o atendimento em todas as áreas, evitando supra posição, qualificar o trabalho e sobretudo atuar em rede a nível local. Este processo não foi à frente, após a Secretaria de Ação Social de Teófilo Otoni, transformar este grupo num comitê gestor de um projeto nacional que depois não foi adiante e o grupo acabou sem retomar o seu processo anterior.

Nesta fase de transição legal da Cooperativa, saindo da tutela legal da Associação APJ para o alcance da sua autonomia econômica e política, a Associação APJ elaborou um projeto em parceria com a ARMICOPA aqui no Brasil e na Itália. As duas entidades parceiras foram APS e MAIS. Foi um projeto enviado à União Européia e tinha como objetivo garantir uma transição tranqüila da cooperativa no sentido do alcance da autonomia e conseqüentemente do seu desenvolvimento. No projeto estava previsto melhoria do maquinário, informatização de toda a administração, pagamento de equipe técnica, marketing e capital de giro. Infelizmente com o fim dos recursos da União Européia, cooperativa entrou em um processo de entropia vindo a praticamente a dissolver-se em dezembro de 2005 quando o último diretor o pediu o seu desligamento da cooperativa, ficando na época na época 1 cooperado na marcenaria, 07 na confecção e 05 da padaria, portanto 13 cooperados que acabaram em 2006 optando pela dissolução da Cooperativa.

#### **2006- 2010:**

Desde o início de 2005, os diretores da cooperativa, já sentindo a dificuldade de condução da cooperativa, pediu um suporte da Associação a qual na época contratou um técnico formado em cooperativismo, o Sr. Daniel Sucupira e o qual desde a sua entrada na assessoria da cooperativa, após uma análise técnica da situação, trabalhou de forma indireta para que os diretores se demitissem por perceber uma desmotivação de todo o propósito cooperativista dentro da COOAPJ, sob a direção dos mesmos. Em 2006 começou-se um debate e uma reflexão com os 13 cooperados remanescente os quais optaram pela dissolução da cooperativa em função do número insuficiente de cooperados, pelas dificuldades econômicas dos setores e de gestores. Porém este grupo queria continuar trabalhando no APJ e, portanto, após fazer uma auto-crítica de todos os 4 anos de vida independente, começou-se todo um processo de reconstrução do cooperativismo de fato, porém com assinatura da carteira. Resgatamos o propósito original da entidade que é a autogestão buscamos entender o que seria isto nesta nova fase. Além de não abrir mão de conduzir cada setor de forma autogestionária, uma mudança importante desta nova fase, foi a cobrança de uma taxa simbólica pelo uso dos prédios e maquinários. Taxas que nunca haviam sido cobradas antes. Dentro deste processo da autocrítica em relação a crise do cooperativismo APJ, começamos um processo de retorno às fontes dos propósito original da entidade na condução de todos

os projetos e não só de eixo do desenvolvimento econômico. Este resgate dos princípios e valores da entidade levou a equipe da coordenação a debater o modelo de gestão produzido pela entidade e como consequência, tendo em vista a vivência dos propósitos originais da entidade, resgatando, sobretudo, aquela frase do primeiro dia de fundação quando um jovem exclamou: “Entendi um APJ feito por nós”. Reunimos todos os colaboradores da entidade em grupos de trabalho a fim de que todos pudessem de fato contribuir na gestão da mesma. Cada grupo de trabalho, escolhido por cada colaborador tinha um coordenador e um plano de ação, com reuniões ordinárias em final de expediente onde a entidade cederia parte do horário e o colaborador outro. Além dos grupos de trabalho, a coordenação que antes era composta por uma coordenação pequena e centralizada foi ampliada e composta pelo coordenador de cada projeto com o critério de entrada depois de seis meses de atuação como coordenador e após avaliação deste no coletivo. As reuniões que antes eram semanais passaram a ser quinzenais pelo fato de ter dado maior autonomia a cada coordenador que além de gerir o projeto para o qual foi contratado, deveria também contribuir com a gestão geral da entidade.

Como fruto deste processo de busca de aprofundamento e vivência dos princípios da entidade, foi criado um regimento interno da entidade, o qual foi construído coletivamente com a contribuição de todos colaboradores e aprovado num grande encontro .

Com a dissolução da cooperativa, muitos ambientes/setores foram fechados , abrindo-se espaço para a construção de outros projetos, já que da fundação até 2006, a entidade trabalhou apenas nos projeto de incubação de cooperativa dentro do própria entidade, escola profissionalizante dentro dos setores produtivos e posteriormente dentro da cooperativa e o projeto Casa do Adolescente. Começamos uma articulação regional da Economia solidária, criando, assim o Fórum Regional de ECOSOL Em 2007, com o objetivo de capacitar jovens para setores do eixo produtivo da entidade e pela utilização dos setores fechados, realizamos em 6 meses, o projeto Escola de Fábrica em parceria com o governo federal capacitando 100 jovens com cursos de marcenaria, joalheria, confecção, artesanato mineral e serralheria. Este projeto foi desenvolvido de maio a dezembro de 2007. Em 2008 fomos convidados pela SUASE para gerir o Projeto de Egressos, o qual tinha como objetivo fazer a inserção social e a profissionalização dos jovens egressos do Centro de Internação São Cosme de Teófilo Otoni.

No final de 2008 foi encerrado o projeto Casa do Adolescente/Oficinas Pedagógicas em parceria com a Secretaria de Educação depois de 22 anos de prestação de serviço à comunidade e de reconhecida relevância social para todo à cidade, sobretudo, os bairros da zona sul. Segundo informações de funcionários da secretaria de educação de Belo Horizonte que nos falaram em sigilo, a finalização deste projeto ocorreu por perseguição política do governo Aécio Neves que a pedido de dois deputados da nossa cidade deveria fechar por que segundo eles, era um projeto que fortalecia o PT. Infelizmente trabalhar com cidadania é perigoso para os políticos que faz uso de muitas entidades sociais com trampolim político. E nesta onda de perseguição, o Projeto de Egressos, durou apenas 1 ano, já que o mesmo foi retirado de forma inesperada e sem explicação, mesmo depois de reconhecido sucesso e ser considerado o melhor projeto do estado de Minas Gerais nesta modalidade. Com o fim do projeto Casa do Adolescente e Egressos e buscando ocupar os espaços ociosos da entidade, procuramos a prefeitura para ver a possibilidade de assumir a gestão do projeto Pró-Jovem e

eles imediatamente aceitaram por estarem com dificuldades de encontrar entidade que pudesse com baixo recurso disponibilizado pelo governo federal e sem a contra-partida da prefeitura gerir tal projeto. Assumimos este como co-financiadora já que a prefeitura não entrou com nenhuma contrata-partida. Ainda em 2009 fomos convidados pela prefeitura para gerir o projeto Casa de Passagem, projeto que atende crianças e adolescentes fugitivos das cidades vizinhas. Elas devem ser acolhidas e permanece na entidade no máximo 90 dias. Também na mesma modalidade, como co-financiadora.

Este período foi marcado por uma tentativa gigantesca de elaboração de um plano de sustentabilidade pela percepção de uma brusca diminuição de recursos financeiros oriundos da parceria históricas na Itália pela fato de PE. Giovanni sair de linha de frente e do contato pessoal com cada família e financiadores na Itália como também pela diminuição da presença dos organismos internacionais no Brasil em função dos seu crescimento econômico. Janice Tameirão Baur, que esteve como uma das gestoras da entidade, desde a sua fundação , se desligou para assumir a secretaria de ação social do Município a convite da Prefeita Maria José, ficando da equipe antiga somente Joana Louback com uma responsabilidade de coordenar todo este processo de mudanças e perdas de pessoas e de recursos.

Um dos instrumentos para o alcance sustentabilidade foi a definição clara de que era necessário aumentar as parcerias na três esferas de governo para gestão do projetos do eixo da educação e assistência por entender que tanto a nível federal, como local contamos com governos comprometidos com as causas que motivaram a criação da entidade. Também foi montado um plano de enxugamento de gasto e elaboração de projetos para entidades brasileiras.

Entramos no colegiado territorial e em pouco tempo fomos convidado a assumir a coordenação e secretaria executiva do território. Foi aprovado também o Projeto Fundo de Crédito em parceria com o BNB bem como entramos na coogestão de Centro de Formação de Formadores em Ecosol – CEFS , sendo eleitos também para representar Minas Gerais no Fórum Brasileiro de Economia solidária.

Parece contraditório mas neste período, a entidade alarga suas parcerias, saindo de uma atuação mais ad-intra atuando numa perspectiva de rede concomitante a uma perda interna de pessoas , de projetos e diminuição drástica de parceiros na Itália onde concentrou quase que cem por cento a captação de recursos e as maiores parcerias ao longo de todos estes anos.

## **UMA ANÁLISE E UMA AUTOCRÍTICA:**

Do final dos anos 90 e início de 2000 já se percebia claro, embora sem um debate e uma análise clara da situação, que a entidade começou entrar num processo de entropia vindo concluir todo este período na situação atual que é de fechamento de um ciclo numa situação de crise natural de final de ciclo. Como se fecha um ciclo? Com harmonia e clareza do que foi do que será nos próximo anos, portanto crise positiva; em crise negativa por perda de legitimidade , ou em crise fruto do próprio processo que por vários fatores não permitiu que se fechasse num situação tranquila e harmônica e, portanto de clareza das perspectivas futura .

No nosso caso, na minha concepção, o nossa situação, ou a nossa crise, se enquadro no último caso e é fruto de :

1. Modelo dos primeiros 20 anos, centralizado no modelo da CG que não permitiu o crescimento intelectual, organizativo e na apropriação do projeto da entidade por parte do colaboradores dificultando

o nascimento de lideranças autônomas, portanto um modelo de gestão gerador de dependência e não de autonomia como os fatos históricos mostraram .

2. Financiamento centralizado nos amigos de PE. Giovanni e na Itália sem a criação de um plano claro de sustentabilidade .
3. Falta de processo avaliativos que levassem à crítica e à autocrítica do nosso modelo de gestão e à própria condução do projetos bem como uma falta de planejamento e discussão dos projetos geridos .
4. Abrangência e número grande de projetos, não permitindo um monitoramento e um processo de crescimento sustentado.
5. Formação mais voltada para si mesma sem o debate e análise da concepção de mundo que queremos transformar ao fazer o APJ, conforme reza no documento MENSAGEM AOS AMIGOS DO APJ no qual fala do compromisso do APJotista com a luta da classe trabalhadora. Em todos estes anos este foi um desafio e um conflito dentro do APJ. Somente a coordenação e alguns muito poucos assumiram esta dimensão fundamental do fazer do APJ.
6. Modelo de condução dos grupos produtivos sem regras claras e cobrança gerando conflitos e dependência.
7. Entrada e saída de gestores e projetos muito rápido nos últimos anos. E aqui faço um destaque para a saída de Daniel que foi prematura, contribuindo assim para que não alcançássemos os resultados que esperávamos com a construção do plano de sustentabilidade feita juntamente com ele no início de 2006.
8. Personalidade de Joana e sua dificuldade de conduzir praticamente sozinha a entidade a partir da saída de

#### **PERSPECTIVAS FUTURAS:**

1. Modelo de gestão:
  - a) como não tem necessidade de uma equipe grande de colaboradores contratados e nem a presença dos fundadores na gestão cotidiana da entidade nem muitos projetos, é necessário, a meu ver que os associados atuem de forma mais efetiva e permanente no planejamento e no monitoramento das ações dos técnicos ou colaboradores contratados para gerir os projetos. Diretoria voluntária. Joana já está nesta situação, por escolha desde 2010.
  - b) Subdividir a ação dos associados por GT com um coordenador para cada GT para ajudar na gestão, condução política e busca de novos projetos a fim de utilizar todos os bens que entidade tem colocando-os a serviço da comunidade.
  - c) Trabalhar com planos, projetos, planejamento estratégico e avaliações sistemáticas anual.
  - d) Marcar presença e ocupação dos espaço conquistados na articulações dos Bancos Comunitários e Fundos de Créditos, Comunicação Popular e rádios comunitárias.Enfim, APJ seja sempre mais aquilo que sempre deveria ter sido.

#### **2.PROJETOS PRESENTES E FUTUROS:**

##### **1. ECONOMIA SOLIDÁRIA:**

- a) Assessoria aos empreendimentos de ECOSOL JUNTO COM AUFVJM
- B) Base de serviço de comercialização
- c) Central de comercialização

Janice e PE. Giovanni da linha de frente, inclusive gerando uma sobrecarga de trabalho para a mesma.

9. diminuição drástica das doações Italiana devido a saída de PE. Giovanni de frente da captação de recursos e pelas denúncias injustas feitas por pessoas da casa do adolescente sobre a lisura da gestão de Joana lá na Itália, gerando desconfiança nos financiadores.
10. Entrada de recursos públicos e a demora da chegada deste tipo de recurso, coisa totalmente nova para a entidade.
11. Vitória do PT aqui na cidade e entrada de Joana na presidência do PT, fazendo com que a oposição assumisse uma perseguição política em cima da entidade em função da forte presença histórica dos seus gestores no partido, o que gerou na direita uma reação direta na entidade contribuindo assim para perda de projetos como foi o caso da Casa do Adolescente e de Egressos, ambos em parceria com o governo do Estado.
12. Baixo apoio do governo Maria José para com a entidade, não respondendo à altura ao que este entidade foi tanto no processo que levou a vitória bem como pelo que ela representou de suporte na primeira fase deste governo.
13. Reação negativa com o pessoal da casa do adolescente com o aprofundamento e resgate dos princípios e valores que estão nos documentos fundantes da entidade bem como uma dificuldade de colocar em prática a proposta de autogestão da entidade.

#### **d) Fundo de Crédito Solidário**

##### **2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

- a) cursos profissionalizantes
- b) Escola Profissionalizante

##### **3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA:**

- a) Formação de Animadores populares/ Casa Emaús
- b) CRB
- c) representações Conselhos ( CMDRS, CMDCA DRS Emprego e renda )
- d) Representações nos seguintes fóruns : FBES, FRECOSOL, FMECOSL, CEFS

##### **4. POSSÍVEIS FINANCIADORES:**

CEI, MISEREOR, CESE, FASE, ENGIM, DIOCESE DE ALBA, PREFEITURA DE ALBA, PREFEITURA DE BRESCIA, PARÓQUIA DE GIGI BRESCIANE /MILÃO, CTM, QUETZAL, LIBERO MONDO CENTRO MISSIONÁRIO TERÇO MONDA DO TORINO, VISÃO MUNDIAL.

Dentro da análise da crítica e da autocrítica, não podemos deixar de reconhecer o papel que a entidade cumpriu na prevenção social , na profissionalização, na geração de trabalho e renda, na criação e fortalecimento de políticas públicas, na mobilização social e políticas , enfim na organização dos trabalhadores bem como nas conquistas políticas a nível nacional e local.

Sem orgulho, somos uma marca reconhecida nesta cidade com todas as nossas falhas.

Pe. Giovanni, nosso fundador, é um grande filósofo visionário com uma atuação prática inquestionável e está

por trás da criação de outras entidade nesta cidade bem como da maioria da organização da classe trabalhadora desta cidade. Sem contar o seu papel na igreja local e que teve como prêmio o seu desligamento desta diocese, exatamente por aqui se buscar a vivência do evangelho. Quem vai à missa ou participa de alguma organização puxada por Pe. Giovanni , não tem outra posição senão a de assumir a luta ou ficar omissos por escolha, porque com ele o que geralmente fica escondido vem à luz.

Teófilo Otoni, junho, 2005.